



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001397-09.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Marcia Maria João**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta por **MÁRCIA MARIA JOÃO**, assistida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, aduzindo que é portadora de *Condromalácia Degenerativa de Patela*, doença definida como um desgaste da articulação do joelho que se manifesta por meio de sintomas como dor profunda no joelho e à volta da rótula ao realizar determinados movimentos. Informa que fez tratamento perante o Sistema Único de Saúde e, dado o insucesso de alguns dos medicamentos padronizados utilizados para o seu caso, lhe foram prescritos os medicamentos **Glicosamina 1.500 mg x Condroitina 1.200 mg, 1 sachê ao dia**, mantendo-se o medicamento **Diacereína 50 mg, 01 cápsula por dia**. Sustenta, ainda, que, não obstante o fármaco Diacereína seja padronizado, o requerido não vem procedendo ao seu regular fornecimento, sendo que já que fez requerimento administrativo, tendo seu pedido sido indeferido, não possuindo meios para custear o tratamento.

Foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 26/27).

Manifestação do Ministério Público a fls. 39.

Vieram aos autos relatórios médicos atualizados da Rede Pública de Saúde (fls. 43/44).

Citada (fls. 40), a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 57/72), aduzindo, em síntese, que o Sistema Único de Saúde



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fornece, gratuitamente, vários medicamentos com reconhecida eficácia para o tratamento da doença que acomete a autora. Aduz, ainda, que os fármacos requeridos pela autora são considerados pela literatura médica contemporânea como verdadeiros placebos e tratamento de segunda linha terapêutica, sendo dever do Poder Público fornecer serviços públicos de saúde eficazes e não todo e qualquer medicamento pleiteado pela população.

Requer a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 77/81.

Pela decisão de fls. 89 foi deferido o sequestro de verbas públicas para aquisição do medicamento de que necessita a autora, ante a resistência do Ente Público Estadual no cumprimento integral da ordem judicial. Desta decisão a Fazenda Pública do Estado de São Paulo interpôs Agravo de Instrumento (fls. 97), que está pendente de julgamento.

Às fls. 109/112 informou a autora o levantamento da quantia sequestrada (R\$ 381,23), bem como comprovou a compra do fármaco por R\$ 380,04, devolvendo nos autos o saldo de R\$1,19.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não podem servir de escusa para o não fornecimento de medicamentos, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Assim, é inescusável o dever do Estado em garantir o acesso igualitário a toda e qualquer pessoa residente e domiciliada em território nacional à saúde.

A prerrogativa é assegurada à generalidade das pessoas, conforme garantido pelo artigo 196 da CF, sendo este o entendimento majoritário da jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, independentemente da condição financeira.

Além disso, restou comprovado que a paciente Márcia Maria João não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 07), sendo assistida por Defensora Pública.

Por outro lado, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para o tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha o paciente. E o relatório médico apresentado (prescrito, inclusive, por médico vinculado à



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

rede pública de saúde), notadamente o de fls 43/44, deixa claro que o fármaco pleiteado é imprescindível ao tratamento da autora. Ademais, não há necessidade, conforme reiterado entendimento jurisprudencial, de que o medicamento esteja padronizado pelo Ministério da Saúde, pois as pesquisas na área da saúde são dinâmicas, e a padronização não acompanha este dinamismo.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fornecimento dos medicamentos **Glicosamina 1.500 mg x Condroitina 1.200 mg, 1 sachê ao dia e Diacereína 50 mg, 01 cápsula por dia**, devendo a autora apresentar relatório médico a cada seis meses, a fim de demonstrar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como receitas médicas, sempre que solicitadas.

A requerida é isenta de custas, na forma da lei.

Não há condenação em honorários, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

Comunique-se ao Egrégio Tribunal de Justiça o teor desta Sentença.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 13 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**